



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 418ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e treze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a quadringentésima décima oitava Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), nas dependências do auditório Lino Grützmacher, na sede da entidade, em Blumenau/SC, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos, convidando os prefeitos membros da Diretoria Executiva da Ammvi para compor a mesa de trabalho. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Discussão e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Colegiado de Cultura: ações e acordo de cooperação federativa. 3 - Segurança pública: fundos de Segurança e presídio regional; 4 - Informes: planejamento estratégico, contabilidade pública, educação básica a partir dos quatro anos de idade, precatórios; 5 - Projeto executivo da usina de biometanização no Médio Vale; 6 - Apresentação da Universidade Regional de Blumenau (Furb): Ship Study e Distrito de Inovação. Em seguida o presidente apresentou o item um, confirmando-se o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, a ata foi encaminhada para votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, o presidente passou para o segundo item em pauta – Colegiado de Cultura. O assunto foi apresentado pela diretora executiva da Fundação Indaialense de Cultura, senhora Siegrid Wanser Ribeiro e pelo assessor de cultura da prefeitura de Pomerode, senhor André Cristiano Siewert. Na oportunidade, os gestores falaram da importância do Acordo de Cooperação Federativa que os Municípios devem celebrar com a União, já que esta é uma exigência da 3ª Conferência Nacional de Cultura para a eleição de delegados e representações na defesa das propostas municipais, regionais e estaduais, discutindo a temática para os próximos anos e tendo direito a voz e voto na etapa nacional. Segundo ela, a orientação do Ministério da Cultura (MinC) é que os Municípios assinem o Acordo até dia trinta de junho desse ano, cujo documento é uma iniciativa do Município em executar algumas ações na área da Cultura junto com o Estado e a União, cujo trabalho já está em curso desde dois mil e nove. Conforme a senhora Siegrid, o objetivo é estabelecer um fundo onde serão dispostos os recursos e efetuado o repasse da União para os Municípios e Estados. Para ela, este acordo não traz ônus aos Municípios, pois a primeira recomendação do documento é que o governo municipal delegue a um gestor a função exclusiva de representar a Cultura e dê andamento ao trabalho do Acordo de Cooperação. Segunda ela, os municípios do Médio Vale aptos a terem voz na conferência nacional são Blumenau, Brusque e Indaial, os demais ainda precisam assinar o documento para que a região envie mais representantes e não fique à margem do processo de fomento e desenvolvimento da cultura, além de facilitar o acesso aos editais do MinC. Tomando a palavra, o senhor André falou da realização da 3ª Conferência Intermunicipal de Cultura do Médio Vale do Itajaí, a realizar-se no dia dezoito de abril de dois mil e treze, no Teatro Municipal de Pomerode, onde participam os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 Timbó. Para a participação neste, os municípios estão enviando o termo de adesão, porém, é
45 necessário ainda que assinem o Acordo Federativo para validar a participação dos delegados
46 nas etapas estadual e nacional. Esta exigência está exposta no parágrafo quarto do Artigo 21
47 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura, que coloca: “As Conferências
48 Municipais, somente constituir-se-ão como habilitadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura e
49 os respectivos delegados eleitos aptos a participar da Conferência Estadual e/ou Regional,
50 naqueles Municípios que tenham, até o dia 30 de junho de 2013, assinado Acordo de
51 Cooperação Federativa com a União, por intermédio do Ministério da Cultura, visando ao
52 desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura”. Este assunto também foi repassado aos
53 gestores municipais na reunião do Colegiado de Cultura. Além disso, segundo ele, o acordo
54 orienta que os Municípios implantem até dois mil e dezesseis o Sistema Municipal de Cultura.
55 O senhor André falou da necessidade de participação dos gestores municipais de Cultura nas
56 reuniões colegiadas, uma vez que os assuntos tratados competem a todos os municípios e
57 colaboram para o crescimento regional e fomento à cultura. Salientou ainda que o Colegiado
58 de Cultura da Ammvi é referência no estado por sua organização e atividades, servindo de
59 modelo para ações que iniciaram aqui e estão sendo propostas nas demais regiões, a exemplo
60 do circuito de apresentações Vale em Cena, em que no ano passado foram realizados setenta
61 e oito espetáculos pela região com grupos locais. Retomando a fala, a senhora Siegrid frisou
62 novamente a importância de participação nas reuniões do Colegiado, uma vez que no ano
63 passado dois municípios receberam menos espetáculos por não participarem das reuniões e
64 por falta de interesse, sendo que a contribuição financeira foi dada. Encerrando a
65 apresentação, os gestores se colocaram à disposição dos prefeitos e gestores de Cultura para
66 colaborar com as ações e repassar orientações. Dando continuidade, passou-se para fundos
67 de Segurança Pública, não sendo abordado o presídio regional, já que uma reunião específica
68 para tratar desse assunto será marcada com os prefeitos da comissão de acompanhamento do
69 caso. Sobre este item da pauta, o presidente lembrou aos prefeitos de matérias veiculadas na
70 imprensa local quanto à inconstitucionalidade dos fundos dos Bombeiros e Polícias Militar e
71 Civil, o que tem gerado problemas nas cidades e a Ammvi está atenta a isso. Segundo o
72 presidente, será aberto um diálogo com o secretário de Desenvolvimento Regional de
73 Blumenau, senhor Lúcio César Dib Botelho, para trabalhar uma solução com base no modelo
74 de Blumenau e construção de uma parceria entre as prefeituras e o Estado através de
75 convênio para a criação desses fundos dentro da legalidade, em que o Município é repassador,
76 pois é necessário que estas entidades possuam mecanismos financeiros para atuarem com
77 eficiência. Conforme o secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, este
78 processo de inconstitucionalidade não é novo, e sim já ocorreu antes, a exemplo de Pomerode.
79 Segundo ele são casos diferentes e exige ações distintas para Bombeiros, Polícia Militar e
80 Polícia Civil. O prefeito de Indaial, senhor Sérgio Almir dos Santos, manifestou sua
81 preocupação quanto aos recursos que, uma vez depositados no fundo do Estado, não serão
82 distribuídos adequadamente e não atenderão às necessidades dos municípios que ora
83 contribuem. O prefeito explicou ainda que no caso dos Bombeiros, em Indaial, o problema da
84 inconstitucionalidade está na determinação do valor da taxa, uma vez que está expresso no
85 código tributário municipal, enquanto que a legislação orienta como sendo esta uma função do
86 Estado. Para o presidente da Ammvi, a solução deve servir para todos e ser produzido um

87 documento único que atenda a todos os municípios. O prefeito de Blumenau, senhor Napoleão
88 Bernardes Neto, relatou que no município tinha a lei do Fundo Municipal de Segurança que
89 determinava o repasse aos Bombeiros e Polícias Civil e Militar e era regido por um conselho
90 municipal, tão logo aprovada pela Câmara Municipal à época, houve a ação de
91 inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público, como aconteceu em muitas cidades.
92 Consoante o prefeito, atualmente se está na fase de análise da possibilidade e legalidade de
93 estabelecimento de novos convênios, o que está sendo feito pelo departamento jurídico da
94 prefeitura em conjunto com as respectivas corporações, ao que ele considera que a questão
95 dos Bombeiros é mais ágil pela facilidade de divisibilidade da taxa, ao contrário do que
96 acontece com as polícias. Para ele, é possível buscar caminhos jurídicos capazes de amenizar
97 esta situação e compartilhar soluções com os demais municípios. O secretário executivo se
98 comprometeu de repassar aos prefeitos o julgamento dos processos. Em seguida, o senhor
99 Rafael passou para informes: primeiro falou da data do planejamento estratégico da
100 Associação para os próximos quatro anos, onde questões regionais serão tratadas. Segundo
101 ele, é necessário um dia e meio para isso e, conforme acordado, tentar-se-á viabilizar a data de
102 seis e sete de maio, com opções de hospedagem em Doutor Pedrinho, Gaspar e Rio dos
103 Cedros. Caso esta data não seja viável, novas opções serão avaliadas. Outro ponto abordado
104 foi a contabilidade pública, em que o Colegiado de Contadores Públicos e Controladores
105 Internos Municipais foi dividido nas duas áreas, cada qual com assuntos específicos. A área de
106 controle interno está discutindo a regulamentação do Tribunal de Contas de Santa Catarina
107 (TCE/SC) sobre transferências de recursos municipais para entidades sem fins lucrativos, o
108 que vai mudar bastante e as exigências são mais amplas. O grupo de estudo desse assunto
109 apresentará proposta ao TCE por entender que algumas exigências são demasiadas e sugerir
110 melhorias, caindo aos Municípios a função de organizar tais entidades, as quais deverão ser
111 totalmente estruturadas e legalizadas. Em função disso, o secretário executivo alertou aos
112 prefeitos para não se surpreenderem sobre as determinações que estão por vir, como também
113 sobre a necessidade de estruturação de alguns departamentos. A orientação é que os prefeitos
114 cuidem da prestação de contas, neste período de transição e adequação da legislação
115 municipal. Após, falou-se sobre educação básica a partir dos quatro anos, em que os
116 Municípios deverão absorver até dois mil e dezesseis. O secretário executivo alerta que deverá
117 haver maior cobrança do Ministério Público, pois ficou claro que é de responsabilidade dos pais
118 matricularem os filhos nas escolas a partir dos quatro anos e, não havendo vagas, estes
119 poderão procurar o MP. Embora a maior defasagem de vagas ocorra entre zero a três anos,
120 pode acontecer de alguns municípios terem dificuldades de atendimento, o assunto vai ser
121 debatido no Colegiado de Secretários Municipais de Educação. O reflexo da lei pode ainda
122 acontecer na contratação de profissionais da Educação, piso nacional do magistério e
123 comprometimento do índice da folha de pagamento, como também transporte escolar. O
124 presidente da Ammvi acredita que a política da União para a Educação está no caminho
125 correto, porém os prefeitos são sabedores dos problemas das cidades, como também
126 compreendem que as empresas com um número mínimo de funcionárias-mães também têm
127 obrigação legal de dar suporte e formar parceria com o poder público. O prefeito de Rio dos
128 Cedros, senhor Fernando Tomaselli, alertou ainda para a necessidade de aumentar o repasse
129 de recursos federais para o per-capta aluno na educação infantil, em que os gastos são



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 superiores aos valores repassados, uma vez que o custo/aluno na educação infantil e, em
131 seguida, no ensino fundamental anos iniciais, é significativamente superior ao ensino médio,
132 que recebe a maior porcentagem. O prefeito de Indaial sugere ao prefeito de Gaspar e
133 presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Pedro Celso Zuchi, que através
134 da entidade reivindique o aumento dos índices de repasse na educação infantil e busque o
135 apoio de demais entidades municipalistas e de representação da Educação. O prefeito de
136 Botuverá, senhor José Luiz Colombi, sugeriu que a Ammvi encaminhe documento ao Ministério
137 Público esclarecendo a problemática dos municípios na oferta de vagas para crianças de zero
138 a três anos nas creches municipais, de forma que busque uma discussão mais ampla com o
139 MP e os municípios da região, a fim de conquistar a compreensão do órgão. Como
140 deliberação, os prefeitos colocaram que este assunto deverá ser tratado na reunião do
141 Colegiado de Educação. Dando continuidade, abordou-se o julgamento do Supremo Tribunal
142 Federal (STF) que considerou inconstitucional a emenda dos precatórios, o que faz com que os
143 municípios de Blumenau e Brusque, por exemplo, que fizeram a opção de pagamento
144 parcelado dos precatórios perca esta condição, sendo que no momento aguarda-se a
145 publicação do acórdão. O secretário executivo falou ainda do movimento em defesa do traçado
146 da Ferrovia da Integração (conhecida também como Ferrovia do Frango ou Ferrovia Leste-
147 Oeste), em que foi iniciado o processo e aberto o edital para contratação da empresa que fará
148 a elaboração do estudo de viabilidade e projeto executivo da obra. A principal preocupação da
149 Ammvi é quando ao traçado da ferrovia, que será definido pelo Estado. Para tentar sensibilizar
150 as autoridades políticas que a melhor opção é o traçado de Dionísio Cerqueira a Itajaí,
151 passando pelo Vale do Itajaí, serão realizadas mobilizações em Rio do Sul e Curitiba em
152 defesa do traçado, como também lançado um abaixo-assinado pela internet. A Ammvi está
153 apoiando a causa, participará as mobilizações e enviará um ofício ao governador do Estado,
154 João Raimundo Colombo, que será enviado com cópia por correio eletrônico aos
155 parlamentares da região. Dando prosseguimento, passou-se para a apresentação da comitiva
156 alemã em passagem por Blumenau para explanar sobre o projeto executivo da usina de
157 biometanização na região. Fazendo uso da palavra, o gerente da empresa alemã Umwelt
158 GmbH, Frank Zörner, explanou que a equipe alemã está há dez dias por Santa Catarina e Rio
159 Grande do Sul e, especificamente na Ammvi, pretende mostrar o que já foi planejado e o que
160 se deseja fazer no projeto integrado de geração de energia através de resíduos sólidos para o
161 Médio Vale do Itajaí. Segundo ele, esta é uma questão global, onde se está buscando diminuir
162 a emissão de gases prejudiciais ao efeito estufa e isso não é uma tarefa só para Alemanha e
163 Brasil, mas sim para o mundo todo, porém estes dois países têm muito a fazer. Na Alemanha,
164 desde dois mil e cinco a legislação obriga que nenhum resíduo seja depositado no aterro sem o
165 devido tratamento e, aqui no Brasil, a legislação estabelece que a partir de agosto do próximo
166 ano os resíduos sejam tratados antes de ir para o aterro sanitário, o que para ele, é um espaço
167 de tempo curto, porém é necessário começar. O que se percebeu é que em Santa Catarina se
168 busca separar os materiais que têm valor e não colocá-los no aterro, logo, propõe-se que
169 sejam disponibilizados em espaços públicos contêineres para a população levar a estes locais
170 vidro, papelão, vestuário usado, possibilitando a coleta de materiais de valor e diminuir a fração
171 de papelão e vidro no meio dos resíduos. Segundo ele é um trabalho relativamente fácil e que
172 traz um grande resultado. Outros materiais de valor possíveis de se receber em pátios de



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

173 recicláveis são eletrodomésticos, móveis e materiais nocivos, com isso, consegue-se fazer que
174 a cidade fique mais limpa e organizada e possibilita às pessoas locais adequados para o
175 descarte de materiais usados. Segundo Zörner, é importante que a Ammvi trabalhe de maneira
176 conjunta na questão dos materiais recicláveis, em que cada cidade faz a separação e os
177 produtos sejam comercializados de forma conjunta para agregar valor na hora da venda,
178 aproveitar a mão-de-obra e maquinários e favorecer a troca de experiências. O senhor Frank
179 apresentou o projeto e o prognóstico de produção de lixo em dois mil e vinte, onde a região
180 deve produzir cerca de cento e setenta mil toneladas por ano, prevendo-se que 15% do peso
181 são de material reciclável, sendo que esta quantidade viabiliza a construção e o funcionamento
182 de uma unidade de tratamento de resíduos. Pelo projeto, todo o material viria dos municípios
183 para uma central de transbordo, em Blumenau, em que seria feita a separação mecânica e
184 tratamento biológico, e depois levado aos aterros de Brusque e Timbó. A proposta é que seja
185 de maneira gradativa para aproveitar a mão-de-obra e não causar impacto financeiro. Assim,
186 através dos resíduos orgânicos a região pode ter geração de energia. Este trabalho não é tão
187 complicado, já existem regiões no Brasil que utilizam biodigestor, mas é necessário análise
188 para saber se estão preparados e atendam ao que a região precisa. Com o biodigestor seria
189 possível a geração de energia e o material restante poderá ser utilizado como adubo ou
190 lançado em aterro sanitário. O biodigestor é alimentado com lixo orgânico que fica em torno de
191 quatorze dias para decomposição por meio de fermentação aeróbica, gerando biogás, que é
192 tratado e pode ser utilizado como combustível em veículos automotores ou transformado em
193 energia elétrica através de um gerador. São previstos quatro biodigestor e no primeiro seria
194 utilizado material essencialmente orgânico que, depois do processo de compostagem, pode ser
195 utilizado como adubo. A ideia inicial é que se possa utilizar neste biodigestor material de
196 restaurantes, supermercados e possivelmente algumas residências que aderirem à campanha.
197 Em dois mil e doze a empresa alemã apresentou opções para uma unidade centralizada e uma
198 descentralizada para o tratamento de resíduos, onde se chegou à conclusão através de
199 estudos que a segunda opção custaria 34% mais cara, tanto na instalação quanto na operação,
200 o que se opta por continuar o projeto na opção centralizada. Nesta, definiu-se que a unidade de
201 separação dos materiais ficará em Blumenau e que a região de Timbó, Brusque e Gaspar o
202 material será transportado para Blumenau através de estações de transbordo. O cálculo feito
203 mostra que na região de Timbó será coletado cerca de trinta mil toneladas de material por ano,
204 na região de Blumenau aproximadamente cem mil toneladas por ano e, em Brusque, perto de
205 quarenta mil toneladas por ano. Em cima disso, calculou-se a estrutura de caminhões, tempo
206 de transbordo e deslocamento e quantidade de viagens. A equipe alemã fez um projeto de
207 planta para instalar a unidade em Blumenau, com espaços para depositar os resíduos, moinho,
208 separação manual e automatizada dos materiais, prédio administrativo, pátio de
209 estacionamento e área disponível para receber materiais. Quanto ao aterro sanitário de Timbó,
210 o grupo fez estudos sobre a área e altura do aterro e se observou que até dois mil e doze
211 foram depositadas cento e noventa e duas mil toneladas e ainda existe uma capacidade para
212 um milhão e setenta mil toneladas, o que significa que se ampliado e implementadas melhorias
213 o aterro ainda suporte muitos anos. Conforme cálculo teórico é possível reter de 30% a 50% do
214 gás produzido atualmente no aterro, pois uma parte é dissipada no meio ambiente por ser um
215 ambiente aberto e extenso, chegando-se a duzentos metros cúbicos de biogás por hora que o



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

216 aterro geraria, viabilizando a instalação de um gerador de 600 kw de energia, suficiente para
217 abastecer seis mil pessoas com energia elétrica. Nestes últimos dias o grupo chegou a
218 conclusão da instalação primeira de um biodigestor no qual estaria sendo depositadas cerca de
219 quinze mil toneladas por ano, gerando aproximadamente 400 kw/hora de energia elétrica. As
220 definições quanto a valores serão feitas posteriormente, pois os custos na Alemanha são
221 diferentes dos valores aplicados aqui no Brasil. Para avançar nos trabalhos, a Ammvi está
222 trabalhando através de um grupo gestor e que será desenvolvido um trabalho mais específico
223 de custos dos resíduos sólidos e banco de dados que, para tanto, é necessário o retorno dos
224 municípios aos questionários enviados. Dando continuidade, passou-se para o sexto assunto
225 em pauta, apresentado pelo reitor da Universidade Regional de Blumenau, senhor João Natel
226 Pollonio Machado. Na ocasião, ele apresentou o projeto de instalação do Centro de Inovação
227 em Blumenau, iniciativa esta do governo estadual que envolve onze cidades que formarão
228 polos de inovação, envolvendo as universidades, setor produtivo, setor empresarial e governos
229 municipal e estadual. O polo de Blumenau receberá o aporte de R\$ 5.000.000,00 (cinco
230 milhões) para a construção de um prédio de quatro mil metros quadrados situado no campus
231 dois da Furb. A Universidade cedeu o terreno ao governo estadual e a concepção do Distrito de
232 Inovação engloba três áreas essenciais: energia limpa, indústria têxtil e tecnologia de
233 informação e comunicação. O projeto deve começar em breve e os prédios começam a ser
234 construídos em junho com prazo de dezoito meses para conclusão. Em seguida, o reitor
235 passou a palavra ao professor Ernani Santa Helena, da Furb para falar sobre o estudo Ship
236 que, segundo o senhor Natel, é pioneiro e vai colocar a região em um patamar de excelência
237 de investigação de condições de saúde, além de que já há conversas com o governador
238 Colombo e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina
239 (Fapescc) estender este estudo a todas as regiões de Santa Catarina. O estudo Ship é pioneiro
240 na Alemanha e inicialmente foi aplicado em mais de três mil alemães da região da Pomerânia
241 durante a vida e, atualmente, começou a ser estendido para todo o país, atendendo a mais de
242 duzentas mil pessoas. As instituições que realizam o estudo firmaram parceria com a prefeitura
243 de Pomerode para analisar também as pessoas descendentes de emigrantes da região da
244 Pomerânia, a fim de verificar os condicionantes ambientais em cima dos fatores de doença. A
245 equipe da Furb envolvida no estudo – que aqui recebeu o nome de Ship Brasil - está
246 trabalhando no campus cinco da universidade, junto ao Hospital Universitário, e pretende
247 estudar cerca de três mil cidadãos pomerodenses durante a vida. Para isso, o governo
248 estadual já dispôs de R\$ 1.000.000,00 (um milhão) e a contrapartida do governo alemão
249 viabiliza o início do estudo. Em sua apresentação, o professor Ernani explicou que este estudo
250 é o mais abrangente do país germânico e vem sendo desenvolvido desde mil novecentos e
251 noventa e sete, repetindo entrevistas e exames a cada cinco anos com o mesmo grupo de
252 quatro mil pessoas com idades entre vinte e setenta e nove anos. A partir desta triagem, forma
253 recolhidas periodicamente amostras de sangue, mucosa, saliva e urina e realizados exames de
254 ultrassonografia, ressonâncias magnéticas de corpo inteiro e consultas odontológicas, entre
255 outros. Também foram feitos questionários abordando doenças familiares e hábitos como
256 alcoolismo, sedentarismo e tabagismo. Em 15 anos de acompanhamento clínico, o SHIP se
257 tornou um dos programas de exames mais abrangentes do mundo, trazendo altos impactos
258 para a produção científica na área da Saúde e no desenvolvimento, a partir das informações



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

259 geradas, de políticas públicas de prevenção e tratamento de doenças. Segundo ele, o estudo
260 objetiva identificar na população de Pomerode, maior colônia pomerana do Brasil, a causa das
261 doenças e se os fatores ambientais ou genéticos interferem na saúde, pois, embora a
262 população analisada vive em situações diferentes, são geneticamente parecidas com a
263 população alemã para, posteriormente, comparar os resultados. O professor explicou ainda
264 que no momento o projeto está em fase de captação de recursos e buscando empresas com
265 interesse em se tornar parceiras. Encerrado este assunto, o presidente da Ammvi agradeceu a
266 presença e participação dos prefeitos. Nada mais havendo a tratar, o presidente Laércio
267 agradeceu a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da assembleia, da qual se
268 lavrou a presente ata.

Laércio Demerval Schuster Junior
Presidente

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo

269